



TERMO Nº 003/____/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VIATURAS, QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Processo Administrativo nº 061072/2014

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ-MF nº 28.538.734/0001-48, com endereço na Av. Erasmo Braga nº 115, Centro, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominado **Tribunal**, neste ato apresentado por seu Presidente, Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, e **Liderança Limpeza e Conservação Ltda.**, CNPJ-MF nº 00.482.840/0001-38, com endereço na Rua Antonio Mariano de Souza nº 775, Ipiranga, São José - SC, doravante denominado **Contratado**, representado neste ato por Francisco Lopes de Aguiar, conforme consta no contrato social acostado aos autos do mencionado Processo, firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada nos autos do Processo Administrativo nº 061072/2014, doravante denominado **Processo**, concernente à licitação nº 0238/2014, realizada na modalidade Pregão. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei federal nº 10.520/02, a Lei federal nº 8.666/93, e a Resolução nº 114/10 do CNJ, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, além das normas legais e regulatórias voltadas para a sustentabilidade, compatíveis com o objeto deste contrato. **PRIMEIRA (DO OBJETO)** - O Contratado se obriga a prestar serviços de condução de viaturas, oficiais e/ou a serviço do Tribunal, para atendimento às solicitações de transporte de expediente e demais atividades pertinentes, a fim de dar suporte às tarefas técnico-administrativas e operacionais atinentes ao Serviço de Gestão das Solicitações de Transporte, na Comarca da Capital e às Comarcas do Interior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do edital da Licitação nº 0238/2014 que, com seu Termo de Referência do mencionado Processo e a proposta apresentada, integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Contratado deverá apresentar, ao Departamento de Contratos e Atos Negociais da Diretoria Geral de Logística, desde que domiciliado fora do Município do Rio de Janeiro, documento que comprove a sua inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM, da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em conformidade com o subitem 6.1.5.1 do Termo de Referência. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Contratado compromete-se a executar o serviço, em conformidade com os critérios de gestão ambiental, bem assim com os aspectos de saúde e segurança ocupacional estabelecidos em legislação, normas e regulamentos específicos, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários, conforme estabelecidos no Termo de Referência. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Tribunal de Justiça poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em

Processo Administrativo nº 061.072/2014

Cópia do termo disponibilizada, após sua publicação, no site do Tribunal: www.tjrj.jus.br - licitações - mapa de ajustes.

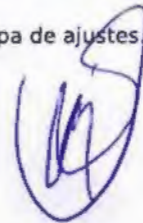
até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei. **SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)** - O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global. **TERCEIRA (DO RECEBIMENTO DO OBJETO)** - O objeto do contrato será recebido, conforme o caso, nos termos do art. 73, I, da Lei federal nº 8.666/93. **QUARTA (DA FISCALIZAÇÃO)** - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, com fundamento no art. 67 da Lei federal nº 8.666/93, caberão ao Tribunal, que, a seu critério e por meio de servidores designados por ato próprio, anexado aos autos do mencionado processo, para a função de Gestor e de Fiscal, ambos da DGLOG - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, que deverão exercê-los de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho do contratado, sem prejuízo do dever deste de fiscalizar os seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Contratado declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Tribunal. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - A existência e a atuação da fiscalização do Tribunal em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva do Contratado quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros. **QUINTA (DO VALOR)** - O valor do contrato é de R\$ 52.999.904,02 (cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa e nove mil e novecentos e quatro reais e dois centavos), conforme o lance final de preço proposto pelo Contratado, e planilha analítica de custos, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula nona. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Passado 1 (um) ano da data do orçamento a que a proposta se referir, o valor do contrato poderá ser repactuado, mediante negociação entre as partes e a requerimento do Contratado, com a devida justificativa e acompanhado de planilha com a demonstração analítica da variação dos componentes de custo do contrato, conforme o dissídio coletivo de trabalho, acordo, convenção ou equivalente, visando à análise e aprovação pelo Tribunal, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originalmente e no que se refere a uniformes poderá ser aplicado o IPCA, e a legislação pertinente sobre os demais insumos. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Novas repactuações deverão observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da última repactuação. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta. **SEXTA (DA DESPESA)** - A despesa do contrato neste exercício correrá à conta do Código de Despesa 339039- Programa de Trabalho 03610206101412004, do Orçamento do Tribunal de Justiça, conforme nota de empenho acostada aos autos, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado, oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos. **SÉTIMA (DO PAGAMENTO)** - O pagamento da fatura/nota fiscal deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua autuação no Protocolo do Tribunal, por meio de crédito em conta corrente no Banco Bradesco S.A., informada pelo Contratado, conforme item 4.9 do Termo de Referência. O fiscal e o gestor do contrato conferirão cada fatura/nota fiscal e atestarão a execução em conformidade com o contrato. Após, o gestor a encaminhará ao agente administrativo (DECAN - Departamento de Contratos e Atos

Negociais) que deverá visá-la e a encaminhará à Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças – DGPCF acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, da Certidão Negativa de Débito do INSS, podendo ser apresentada por meio da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente válidas, do termo de contrato assinado e publicado e da documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, e dos comprovantes dos vales-refeição e vales-transporte fornecidos no período, referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sob pena de ser recusada a referida nota pela unidade gestora do contrato. Neste momento, poderá ser exigida a comprovação do atendimento às legislações específicas, relativas à saúde e à segurança ocupacional. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O desconto por antecipação de pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, seja a requerimento do Contratado ou no interesse do Tribunal, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o Contratado deverá haver cumprido todas as determinações quanto aos requisitos de sustentabilidade dispostos neste Edital e na legislação específica. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A verificação do cumprimento da legislação específica de gestão ambiental e de saúde e segurança ocupacional caberá ao órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. **PARÁGRAFO QUARTO** - Em obediência aos termos da Resolução nº 169/13, com as alterações da Resolução 183/13, ambas do Conselho Nacional de Justiça, tão logo seja firmado o Termo de Cooperação Técnica entre o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e a instituição financeira pública, será retido mensalmente do total da Nota Fiscal apresentada pelo Contratado, o valor referente ao somatório dos percentuais estabelecidos no termo de referência (Anexo I), sobre as seguintes provisões: férias; um terço constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, um terço constitucional e 13º salário. **PARÁGRAFO QUINTO** - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano. Entende-se por atraso o prazo que exceder 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro do Contratado. **PARÁGRAFO SEXTO** - Caso o Contratado não honre com os encargos sociais, trabalhistas e fiscais concernentes a este contrato, fica o Tribunal autorizado a subtrair das faturas devidas ao Contratado os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes devidos aos empregados do Contratado. **PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os valores a que se refere o parágrafo sexto deverão ser depositados judicialmente ou repassados às contas correntes dos empregados do Contratado que prestam serviço nos postos do PJERJ. **OITAVA (DA CONTA VINCULADA)** - A contratação obedecerá aos critérios estabelecidos na Resolução nº 169/13, com as alterações da



Resolução nº 183/13, ambas do Conselho Nacional de Justiça quanto aos procedimentos para a abertura da conta-depósito, à autorização para sua movimentação e o seu encerramento. **NONA (DO PRAZO)** - O prazo do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data indicada no memorando de início do serviço, expedido pelo órgão fiscal, após a assinatura do contrato, o que ocorre após a emissão do respectivo empenho, prorrogável na forma da Lei federal nº 8.666/93. **DÉCIMA (DA GARANTIA)** - O Contratado apresentou o comprovante de prestação da garantia, no valor de R\$ 2.649.995,20 (dois milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O não atendimento caracterizará falta contratual e sujeitará o contratado às sanções previstas neste contrato. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei federal 8.666/93, o Contratado deverá complementar no prazo de 2 (dois) dias o valor da garantia prestada para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Contratado, após o cumprimento integral das obrigações assumidas e recebidas pelo Tribunal em conformidade com o art. 73 da Lei federal nº 8.666/93, dirigirá, ao Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça, o requerimento de liberação da garantia prestada. **DÉCIMA-PRIMEIRA (DAS OBRIGAÇÕES)** - O Contratado é obrigado a, além do que consta no Termo de Referência, corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, incluindo seus empregados em serviço, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Após prestar o serviço, o Contratado remeterá fatura ao fiscal do contrato, que irá emitir o certificado de atestação e indicará de forma discriminada o valor que deverá ser pago. Após esse momento, o processo de fatura deverá ser encaminhado pelo agente administrativo (DECAN) à Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças - DGPCF para liquidação e pagamento. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Contratado apresentará, no momento da emissão do memorando de início, o acordo ou convenção coletiva que rege a categoria profissional vinculada à execução do serviço. **DÉCIMA-SEGUNDA (DAS PENALIDADES)** - Ao Contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber: a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço; b) multa: I - administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226 e Decreto estadual nº 3149/80, art. 87); II - moratória, ocorrendo atraso na execução, por culpa do Contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a Administração; d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade

que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As penalidades de multa, estabelecidas na alínea "b" do *caput* desta cláusula, poderão ser cumuladas com qualquer das demais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do Contratado por danos causados ao Tribunal. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada; se for superior ao valor desta, além de sua perda, responderá o Contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do Tribunal, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente. **PARÁGRAFO QUARTO** - Nos casos em que o valor da multa vier a ser descontado da garantia prestada, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e o não atendimento caracterizará falta contratual sujeita às penalidades previstas no contrato. **PARÁGRAFO QUINTO** - As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas, sem prejuízo do disposto no art. 7º da Lei federal nº 10.520/02. **DÉCIMA-TERCEIRA (DA RESCISÃO)** - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei federal nº 8.666/93 com as consequências indicadas no seu art. 80 sem prejuízo das sanções previstas neste contrato. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O descumprimento reiterado das normas contratuais e a manutenção do contratado em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, observado o contraditório e sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de rescisão provocada por inadimplemento do Contratado, o Tribunal poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos autos do procedimento apuratório de falta contratual. **DÉCIMA-QUARTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)** - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte. **DÉCIMA-QUINTA (DAS RESPONSABILIDADES)** - O Contratado assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Tribunal ou a terceiros. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Tribunal não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e às decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e cuja responsabilidade caberão, exclusivamente, ao Contratado. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Tribunal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. **PARÁGRAFO QUARTO** - O Contratado deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação do Termo de Referência. **PARÁGRAFO QUINTO** - O Contratado responderá, exclusivamente,



pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente. DÉCIMA-SEXTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS) - Constituirá encargo exclusivo do Contratado o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto. DÉCIMA-SÉTIMA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO) - Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Tribunal providenciará a publicação no DJERJ, em resumo, do presente termo de contrato. DÉCIMA-OITAVA (DO FORO) - O Foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contraentes. Rio de Janeiro, de de 2015.

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro


Liderança Limpeza e Conservação Ltda.

Órgão 3285 RS Nº 2014/109 TCE Nº _____